

Economia - Brasil

A recessão instalada e a nova empulhação

Os dados oficiais da produção industrial do país em novembro, divulgados na semana passada, desfazem qualquer dúvida que porventura ainda existisse sobre o comportamento da economia brasileira em 1988. Segundo o IBGE, a indústria instalada no país produziu, naquele mês, 7,1% menos do que no mesmo mês de 1987, e 1,6% menos do que em outubro. Com isso, a retração da produção industrial, nos últimos quatro meses terminados em novembro, chegou a 10,2%, desastre só superado no período de fevereiro a maio de 1981, quando a queda foi de 12,2%.

Esses dados deixam absolutamente defasada a última estimativa do IBGE sobre o desempenho do PIB brasileiro no ano passado, divulgada no final de dezembro com base em números de outubro. Naquele levantamento o IBGE previa quase que uma estagnação da economia nacional, com o PIB caindo apenas 0,04%. Como a participação da indústria no produto interno é de 38%, a recessão nessa área, que começou a se acentuar no segundo semestre de 1988, acabou com qualquer esperança de que ainda fosse possível fechar o ano sem que o país ficasse um pouco mais pobre.

E, se levarmos em consideração que a população do Brasil cresce a um ritmo de quase 2,5% ao ano, veremos que cada brasileiro, individualmente, ficou muito mais pobre em 1988. Quando ainda imaginava que a retração do PIB seria de 0,04%, o IBGE calculava que a renda **per capita** no Brasil decresceria 1,9%. Agora...

Tudo isso é consequência da cruel inflação — a caminho de se tornar hiper — que assola a economia brasileira cada vez com mais furor. Esta, por sua vez, como todo mundo já sabe, à exceção do estamento político-burocrático que domina o Estado tupiniquim, é consequência única e exclusiva dos desarranjos — e desmandos — do setor público; dos gastos excessivos da máquina estatal, muito acima da capacidade que a sociedade tem de sustentá-la.

Até aqui o setor privado da economia nacional vinha resistindo galhardamente aos efeitos da crise que vem decompondo o setor público. Agora, aí estão os primeiros sinais ineludíveis — e alarmantes — de que não aguenta mais. Está instalado o quadro recessivo.

E, para mal dos nossos pecados, os sinais de que a voracidade desse monstro não pára de aumentar, pressionando a inflação ainda mais para cima, continuam aparecendo:

A base monetária (emissão primária de moeda), por exemplo, cresceu 50% em dezembro, o que significa que só no último mês do ano o Banco Central emitiu um volume de cruzados que é praticamente a metade do que foi emitido durante os outros 11 meses de novembro. E cada rodada da guitarra da Casa da Moeda, para financiar o déficit público, significa alguns pontinhos a mais na inflação nos meses futuros. Se não bastasse isso, janeiro começou com uma série de pressões sobre as finanças públicas. Só de contas a pagar de 1988 sobraram 2,3 trilhões de cruzados para este ano. Para se ter uma idéia do tamanho dessa dívida não honrada, lembramos que a receita do Tesouro em novembro foi de 1,5 trilhão de cruzados. Desta forma, será inevitável que o governo apele novamente para a venda de títulos e para grandes emissões neste início do ano.

E para agravar ainda mais o cenário inflacionário que se desenha para 1989, é a partir de janeiro que começará a pesar totalmente nos custos das empresas toda aquela série de benefícios sociais e trabalhistas que a Assembléia Nacional Constituinte, irresponsavelmente, aprovou.

Diante de tão dramático quadro, dava até para acreditar nas promessas do presidente José Sarney de promover uma "profunda reforma administrativa" no governo federal. É que, simplesmente, não há outra saída. Houve rumores — ou balões de ensaio plantados com os mais diversos intuitos — de que a reforma "pra valer" deixaria de pé apenas nove ministérios dos atuais 27; depois, falou-se que sobriariam 14 pastas. Agora, porém, já se fala em 20. Ou seja, a cada dia que passa a **profundidade** da reforma vai sendo reduzida.

Tudo indica que, mais uma vez, o presidente José Sarney não encontra forças para deixar de ser o político José Sarney. Acovardado, como sempre esteve, diante do que lhe determina a consciência, dos dados de que dispõe e do que espera a sociedade brasileira, ele parte, mais uma vez, para a empulhação. O último lance é a decisão de consultar uma lista imensa de economistas e ex-ministros sobre o que deve ser feito para debelar a inflação. Só que as consultas visam apenas o circunstancial — o que fazer para desarmar os mecanismos artificiais criados para conviver com a alta de preços, nada mais. O fundamental, a causa primária da inflação — o gigantismo estatal que gera o déficit público —, é deixado como está, enquanto os ministros da área econômica continuam falando num **rigoroso ajuste fiscal** com a mesma cara-de-pau com que falavam há meses na **operação desmonte**.

Nunca acreditamos que, ainda que fosse drasticamente reduzido o número de ministérios, o presidente Sarney teria a coragem necessária para cortar realmente em profundidade os gastos do aparelho de Estado brasileiro reduzindo, proporcionalmente, o número obscuro de funcionários públicos que ele abriga. Mas o simples anúncio de que em vez de 27 ministérios teríamos nove, ou 14, já teria, certamente, um efeito psicológico muito importante.

Pelo andar da carruagem (ou do trem da Norte-Sul) nem isso vai acontecer. O que teremos é mais um espetáculo pirotécnico do tipo Cruzado, desta vez com a colaboração de todos os ex-ministros que nestes últimos vinte e poucos anos deram a sua contribuição — uns mais outros menos — para que chegássemos ao estado de calamidade em que nos encontramos. E com o vexame de mais um corte de três zeros namoeda nacional, o segundo em menos de três anos, e o terceiro desde 1965, sem sombra de dúvidas um recorde mundial. Esses cortes de zeros na nossa vilipendiada moeda parecem ter o efeito das podas das árvores: só servem para revigorar a árvore cujos frutos são os zeros.

E o presidente Sarney ainda se queixa porque nenhum homem sério e competente deste país está aceitando seus convites para fazer parte do novo ministério que emergirá da reforma(?). Só um irresponsável aceitaria um convite para entrar nesse governo antes que ele apresente um plano de salvação nacional que não seja mais um engodo. E o que todos entendemos por plano de salvação nacional é o óbvio: uma "cirurgia drástica", como diz o ministro Costa Couto, a máquina estatal. Só depois de apresentado o plano é que, então, ninguém teria o direito de recusar o sacrifício.

Homens como Antônio Ermírio de Moraes, Elieser Batista, Olacyr de Moraes não podem arriscar sua reputação atendendo a um apelo do presidente se o sr. José Sarney parece interessado apenas em usar o prestígio que eles mercadamente desfrutam para conseguir mais uma vez enganar a opinião pública.